



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO PLANO DE GESTÃO 2019-21



MARÇO
2020

COMPOSIÇÃO - Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Desembargador Leonardo de Noronha Tavares

Presidente

Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro

Vice-Presidente

Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães

Corregedora de Justiça da Região Metropolitana

Desembargadora Diracy Nunes Alves

Corregedora de Justiça do Interior

Desembargador Ricardo Ferreira Nunes

Diretor da Escola Judicial

Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre

Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes

Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento

Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha

Desembargador Raimundo Holanda Reis

Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira

Desembargador Constantino Augusto Guerreiro

Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior

Desembargador Ronaldo Marques Valle

Desembargadora Gleide Pereira de Moura

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário

Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho

Desembargadora Maria Edwiges de Miranda Lobato

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura

Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque

Desembargadora Edinéa Oliveira Tavares

Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto

Desembargador Mairton Marques Carneiro

Desembargadora Ezilda Pastana Mutran

Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira

Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha

Desembargadora Nadja Nara Cobra Meda (*In Memoriam*)

Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias

Coordenação Técnica

Jonelson Magno Dias

Diretor do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

Valeria Athayde Fontelles de Lima

Coordenadora de Gestão Estratégica

Equipe técnica

Alcimar Martins Júnior

David Borges Reis e Silva

Luciana Sá Fernandes

Luciana Vieira de Souza Caliari

Neliane das Graças Pereira Colares

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA	9
1.1 FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	9
1.1.1 <i>Expandir a estrutura necessária ao depoimento especial da criança e do adolescente quando vítima ou testemunha de violência</i>	9
1.1.2 <i>Implementar medidas de prevenção e repressão à exploração sexual de crianças e adolescentes</i>	9
1.2 FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À SOLUÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS, RURAIS, AMBIENTAIS E MINERÁRIOS	10
1.2.1 <i>Padronizar rotinas para fins de cumprimento de ordens judiciais relacionadas à conflitos coletivos fundiários urbanos e rurais, sempre buscando a execução pacífica das medidas</i>	10
1.2.2 <i>Expandir a atribuição da Ouvidoria Agrária para conflitos coletivos fundiários rurais e urbanos, passando a ser denominada Ouvidoria Fundiária Estadual</i>	10
2 MACRODESAFIO: CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	10
2.1 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	10
2.1.1 <i>Expandir o PJE em todas as unidades judiciárias da capital e do interior e no 2º grau</i>	10
2.1.2 <i>Aprimorar o Programa Estadual de Digitalização</i>	11
2.2 APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE PROCESSOS E UNIDADES JUDICIÁRIAS	11
2.2.1 <i>Realizar estudo para implantação de novas Unidades de Processamento Judiciais (UPJs)</i>	11
2.2.2 <i>Implantação da UPJ Criminal no 2º Grau</i>	11
2.3 APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE PROCESSOS E UNIDADES JUDICIÁRIAS	11
2.3.1 <i>Implantar projeto Eficiência Judiciária</i>	11
2.3.2 <i>Elaborar Guias Práticos de tarefas processuais</i>	12
2.3.3 <i>Aprimorar a ação institucional extraordinária de assessoramento e apoio às unidades judiciárias</i>	12
2.3.4 <i>Formação em Justiça em Números e Gestão de unidades judiciárias</i>	12
2.3.5 <i>Desenvolver Modelo de Gestão Judiciária para as Varas de Competência Cível e Empresarial</i>	12
3 MACRODESAFIO: COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	13
3.1 APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE PROCESSOS E UNIDADES JUDICIÁRIAS	13
3.1.1 <i>Aprimorar a atuação no julgamento dos processos da Meta 4 do CNJ</i>	13
3.1.2 <i>Digitalizar para o PJE todos os feitos cíveis pertinentes à meta 4 do CNJ da comarca da capital e parte do interior</i>	13
4 MACRODESAFIO: ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO	13
4.1 FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS E AÇÕES PARA RESOLUÇÃO NEGOCIADA DE CONFLITOS	14
4.1.1 <i>Consolidar a implantação de Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejuscs)</i>	14
4.1.2 <i>Realizar programa de capacitação de mediadores e conciliadores</i>	14
5 MACRODESAFIO: GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES	14
5.1 FORTALECIMENTO DE MECANISMOS PARA REDUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E GRANDES LITIGANTES	14
5.1.1 <i>Aprimorar os mecanismos para redução dos processos dos grandes litigantes que congestionam o Poder Judiciário Estadual Paraense</i>	14
5.1.2 <i>Aprimorar os mecanismos para redução das demandas repetitivas no TJPA</i>	15
6 MACRODESAFIO IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS	15

6.1	PROMOÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS VOLTADAS À SOLUÇÃO DE LITÍGIOS EM EXECUÇÃO FISCAL	15
6.1.1	<i>Estabelecer uma política interna de tratamento de dívidas nas Varas de Execução Fiscal</i>	15
6.1.2	<i>Elaboração do Guia Prático de Procedimentos das Varas de Execução Fiscal</i>	16
6.2	GESTÃO DO CUMPRIMENTO E DA EXECUÇÃO DOS JULGADOS CÍVEIS	16
6.2.1	<i>Aperfeiçoar o Guia de Ferramentas do Magistrado para utilização dos sistemas eletrônicos de acesso a informação de dados</i>	16
6.2.2	<i>Elaboração do guia prático de execução cível e cumprimento de sentença</i>	16
6.2.3	<i>Fomentar a prática da conciliação judicial na execução dos julgados cíveis</i>	16
7	MACRODESAFIO: APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	17
7.1	ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR, CONTRA O IDOSO, CONTRA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E OUTROS GRUPOS VULNERÁVEIS	17
7.1.1	<i>Estruturar a Coordenadoria da Mulher</i>	17
7.1.2	<i>Implementar ações de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica</i>	17
7.2	FORTELECIMENTO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	18
7.2.1	<i>Estruturar a Coordenação de Justiça Restaurativa</i>	18
7.2.2	<i>Promover ações de fortalecimento das ações de Justiça Restaurativa do TJPA</i>	18
7.3	APOIO A AÇÕES DE RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS E EGRESSOS	18
7.3.1	<i>Estabelecer parcerias para capacitação e ressocialização de apenados e egressos</i>	18
7.4	APERFEIÇOAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLE NA ÁREA CRIMINAL	19
7.4.1	<i>Otimizar os sistemas de monitoramento de pessoas privadas de liberdade do Poder Judiciário do Estado do Pará</i>	19
7.4.2	<i>Implantar sistema de videoaudiência no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará</i>	19
7.4.3	<i>Elaborar estudos para aprimorar a interoperabilidade dos sistemas LIBRA e BNMP 2.0</i>	19
7.4.4	<i>Implantar Plano de Contingência para o gerenciamento da crise penitenciária no Estado do Pará</i>	19
8	MACRODESAFIO: MELHORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	20
8.2	APERFEIÇOAMENTO DA FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES	20
8.2.1	<i>Revisão do Plano de ação da escola Judicial do Estado do Pará</i>	20
8.2.2	<i>Criar repositório on-line de apresentação do Tribunal aos magistrados e servidores</i>	20
8.3	FORTELECIMENTO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA.....	20
8.3.1	<i>Ampliar as ações para a de promoção da saúde e qualidade de vida</i>	20
8.3.2	<i>Aperfeiçoar os sistemas tecnológicos da área de saúde</i>	20
9	MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS	21
9.1	IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE CUSTOS.....	21
9.1.1	<i>Implantar sistema integrado de custos</i>	21
10	MACRODESAFIO: INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	21
10.1	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS.....	22
10.1.1	<i>Aprimorar a gestão da arrecadação judicial e extrajudicial</i>	22
10.1.2	<i>Expandir o programa Selo de Fiscalização Digital</i>	22
10.2	MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO	22
10.2.1	<i>Elaborar manual de procedimentos de manutenção predial</i>	22

10.2.2	<i>Elaborar plano de acessibilidade do Poder Judiciário Estadual</i>	23
10.2.3	<i>Fiscalizar a destinação dos bens apreendidos</i>	23
10.3	APRIMORAMENTO DA GESTÃO ESTRATÉGICA	23
10.3.1	<i>Implantar projeto de correição integrada voltada a resultados</i>	23
10.3.2	<i>Aprimorar a gestão participativa na elaboração de metas</i>	24
10.4	FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DO TJPA	24
10.4.1	<i>Implantar a política de gestão de riscos no poder judiciário</i>	24
10.5	APRIMORAMENTO DAS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS E JURISDICIONAIS.....	24
10.5.1	<i>Realizar estudos de reestruturação organizacional das Unidades de Apoio do Tribunal e Fóruns</i>	24
10.6	APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA	25
10.6.1	<i>Instituir canal direto, em tempo real, de informações gerais à Presidência</i>	25
10.6.2	<i>Intensificar a comunicação interna e externa do Tribunal</i>	25
10.7	FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO 1.º GRAU DE JURISDIÇÃO	25
10.7.1	<i>Aprimorar a movimentação da carreira de magistrados</i>	25
10.7.2	<i>Aprimorar a movimentação da carreira de servidores</i>	27
11	MACRODESAFIO: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC	27
11.1	INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TIC	27
11.1.1	<i>Reestruturar a arquitetura de rede lógica das unidades judiciárias e administrativas</i>	27
11.1.2	<i>Reestruturar o ambiente físico, elétrico e lógico do Datacenter instalado no Edifício Sede, de modo a refletir o modelo de redundância passiva (Ativo/DR)</i>	28
11.1.3	<i>Reestruturar a Arquitetura Tecnológica do Ambiente de Datacenter da Augusto Montenegro</i>	28
11.1.4	<i>Aperfeiçoar a solução de videoconferência</i>	28
11.2	INOVAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	28
11.2.1	<i>Ampliar a portabilidade dos sistemas de informação para dispositivos móveis</i>	28
11.2.2	<i>Reestruturar a solução de inteligência de negócio para apoio à análise e decisão estratégica</i>	28
11.2.3	<i>Implementar novos portais interno e externo focados na usabilidade</i>	28
11.2.4	<i>Implantar solução de inteligência artificial aplicada ao processo judicial eletrônico</i>	29
11.3	APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	29
11.3.1	<i>Fortalecer a segurança da informação</i>	29
11.4	FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA NA ÁREA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	29
11.4.1	<i>Reestruturar processos de gerenciamento de serviços de TIC</i>	29
11.4.2	<i>Ampliar a capacitação em temas de tecnologia por meio da plataforma de ensino a distância</i>	29
12	EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO	31
12.1	PERSPECTIVA DE MACRODESAFIOS	31
12.2	PERSPECTIVAS DE AÇÕES.....	32

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta os principais resultados de cada ação do Plano de Gestão do biênio 2019-2021. Ressalta-se que no final do exercício de 2019, o Plano alcançou 17,7% de ações concluídas, o que demonstra a necessidade de intensificar o cumprimento das ações traçadas para alcançar as metas institucionais.

O Plano de Gestão consiste no menor detalhamento do planejamento estratégico a ser implementado a cada gestão bienal e dispõe sobre ações, produtos, etapas, prazos e responsáveis. Cada gestão elege prioridades que serão transformadas em ações e que serão realizadas durante o biênio.

Foram pactuadas 62 ações e 303 etapas, distribuídas por 160 responsáveis, entre magistrados e servidores, o que reforça o caráter participativo do Plano, em consonância com o Planejamento Estratégico 2015-2020 e as diretrizes do CNJ relativas à gestão participativa e democrática.

Constam nesta etapa 11 ações concluídas:

- 1.1.2 - Implementar medidas de prevenção e repressão à exploração sexual de crianças e adolescentes.
- 1.2.2 - Expandir a atribuição da Ouvidoria Agrária para conflitos coletivos fundiários rurais e urbanos, passando a ser denominada Ouvidoria Fundiária Estadual
- 2.1.2 - Aprimorar o Programa Estadual de Digitalização
- 2.2.2 - Implantação da UPJ Criminal no 2º Grau
- 2.3.1 - Implantar projeto Eficiência Judiciária
- 2.3.4 - Formação em Justiça em Números e Gestão de unidades judiciárias
- 8.2.1 - Revisão do Plano de ação da escola Judicial do Estado do Pará
- 10.3.2 - Aprimorar a gestão participativa na elaboração de metas e políticas judiciárias
- 10.7.1 - Aprimorar a movimentação da carreira de magistrados
- 10.7.2 - Aprimorar a movimentação da carreira de servidores
- 11.1.4 - Aperfeiçoar a solução de videoconferência

As ações não iniciadas somam 03:

- 2.3.2 - Elaborar Guias Práticos de Tarefas Processuais
- 11.2.1 - Ampliar a portabilidade dos sistemas de informação para dispositivos móveis
- 11.2.4 - Implantar solução de inteligência artificial aplicada ao processo judicial eletrônico

Para avaliação da execução do Plano de Gestão são realizadas Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE). No biênio 2019-2021 foram realizadas 04 reuniões, nos dias: 24.01.2019, 10.05.2019, 12.08.2019 e 29.11.2019, sendo as três últimas referentes ao Plano de Gestão 2019-2021.

O acompanhamento conta com Sistema de Monitoramento de Planejamento (SIMPLAN), que é uma ferramenta centrada no uso da informação como

instrumento de gestão e opera de modo a atender as etapas de monitoramento e avaliação, que fazem parte do ciclo do planejamento.



1 MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA

Coordenadora: Ana Lúcia Bentes Lynch, Juíza de Direito

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS: 2

AÇÕES: 4 (2 concluídas e 2 em andamento)

ETAPAS: 15

EXECUÇÃO: 85,6%

1.1 Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente

1.1.1 Expandir a estrutura necessária ao depoimento especial da criança e do adolescente quando vítima ou testemunha de violência

Danielle de Cássia Silveira Buhnheim, Juíza de Direito

(Em andamento) 83%

Foi apresentado Projeto do Curso Básico em Técnicas de Entrevista Investigativa e Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes no Sistema de Justiça e Projeto Pedagógico do Encontro de Práticas em Depoimento Especial do TJPA – 2019. Realizado o curso Aspectos teóricos e práticos do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência na Escola Judicial, com participação de 30 (trinta) alunos. A SEAD iniciou processo para aquisição de 10 Kits de mobiliário que já foi empenhado, com previsão de entrega para o final do mês de outubro/início do mês de novembro. Além desse mobiliário, a estruturação tecnológica foi instalada, por meio de solução em 12 salas de depoimento especial e a definição de um protocolo padrão de utilização nos locais que não possui a sala de depoimento especial específicas.

1.1.2 Implementar medidas de prevenção e repressão à exploração sexual de crianças e adolescentes

Mônica Maciel Soares Fonseca, Juíza de Direito

(Concluída) 100%

Foram realizadas visitas a 05 (cinco) escolas do município de Breves, região do Marajó, no período de 16 a 17/05/2019, com apresentação do Projeto Minha Escola, meu Refúgio, voltado à prevenção e à repressão do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Em setembro, nos dias 04 e 05 foi realizada ação em Breves, com representantes de 246 escolas públicas zona rural do município, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Também foi iniciado o levantamento das comarcas com maiores índices de ocorrência de exploração sexual contra crianças e adolescentes nos sistemas. Foi pesquisado nas 14 comarcas do Região do Marajó, os processos referentes ao abuso sexual da criança e adolescente durante o período de 2008 a 2018.

1.2 Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários

1.2.1 Padronizar rotinas para fins de cumprimento de ordens judiciais relacionadas à conflitos coletivos fundiários urbanos e rurais, sempre buscando a execução pacífica das medidas

André Filo-Creão Garcia da Fonseca, Juiz de Direito

(Em andamento) 85%

Foi criado o Grupo de Trabalho por meio da Portaria nº 1681/2019- GP, publicada no Diário Oficial nº 6635 de 09 de abril de 2019. O grupo já realizou duas reuniões em 17 de maio e 19 de julho de 2019. Encontra-se em andamento a elaboração de manual de padronização de rotina para cumprimento de ordens judiciais atinentes a conflitos coletivos fundiários urbanos e rurais.

1.2.2 Expandir a atribuição da Ouvidoria Agrária para conflitos coletivos fundiários rurais e urbanos, passando a ser denominada Ouvidoria Fundiária Estadual

André Filo-Creão Garcia da Fonseca, Juiz de Direito

(Concluída) 100%

Foi apresentada minuta de anteprojeto de lei para adotar as providências necessárias no sentido de que seja ampliada a atribuição da Ouvidoria Agrária Estadual a fim de que atue tanto nos conflitos fundiários rurais como nos urbanos, passando a ser denominada Ouvidoria Fundiária Estadual.

2 MACRODESAFIO: CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Coordenador: Fábio Penezi Póvoa, Juiz de Direito

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS: 3

AÇÕES: 9

ETAPAS: 42

EXECUÇÃO: 67,0%

2.1 Aperfeiçoamento da gestão do processo judicial eletrônico

2.1.1 Expandir o PJE em todas as unidades judiciárias da capital e do interior e no 2º grau

Caio Marco Berardo, Juiz de Direito

(Em andamento) 69%

Foi realizada a reunião para elaboração do projeto de expansão junto com servidores da Escola Judicial e Secretaria de Informática, também foi definido o conteúdo e escolha dos professores e tutores, além disso foram elaborados textos e vídeos e distribuídos os conteúdos entre os colaboradores. Realizada a migração dos processos ativos do PROJUDI para o PJe, a migração de Santa Bárbara teve início em 02/08/2019 e no momento está em processo de validação técnica. Já foi realizado a reestruturação de todos os serviços do



catálogo do PJe, aumentando a quantidade de documentos na base e aumentando o serviço que é prestado pela terceirizada para que o atendimento seja mais célere dos incidentes e solicitações do PJe.

2.1.2 Aprimorar o Programa Estadual de Digitalização

David Jacob Bastos, Secretário Judiciário

(Concluída) 100%

Foi atualizado o guia passo a passo de higienização, digitalização, indexação, migração e remessa de processos ao 2º grau. Também foram atualizados os fluxogramas dessas mesmas fases e efetuadas modificações no Guia de Procedimentos da Central de Digitalização do 1º Grau.

2.2 Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias

2.2.1 Realizar estudo para implantação de novas Unidades de Processamento Judiciais (UPJs)

Caio Marco Berardo, Juiz de Direito

(Em andamento) 70% e com atraso (16/10/2019)

Apesar da ação apresentar percentual de 62% de conclusão, não foram inseridas no SIMPLAN, informações sobre o andamento das atividades realizadas. A ação deve ser substituída pela instalação da UPJ nas Varas de Família, conforme deliberação superior.

2.2.2 Implantação da UPJ Criminal no 2º Grau

Alice Viana Soares Monteiro, Analista judiciário

(Concluída) 100%

Foi elaborado plano de trabalho de Implantação de Unidade de Processamento Judicial das Turmas de Direito Penal do 2º. Grau de Jurisdição. Realizada oficina de integração e capacitação das equipes, visita Técnica à UPJ de Direito Público e Privado, projeto de adequação do espaço da UPJ, levantamento e diagnóstico de funcionamento das Secretarias existentes, identificação e mapeamento das equipes com as respectivas funções, elaboração de proposta de fluxo de trabalho, além do atendimento integrado implantado em teste, elaboração do Guia de Rotinas. Em 30/09/2019 foi publicada a Portaria Nº 4625/2019 de implantação da UPJ.

2.3 Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias

2.3.1 Implantar projeto Eficiência Judiciária

Fábio Penezi Póvoa, Juiz de Direito

(Concluída) 100%

Foi instituída a Central de Negócios, conforme portaria nº 641/2019. Também foi atualizada a coleta e a extração de dados dos sistemas Projudi, Libra, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Mentor RH a fim de colocá-los em uma base com todas as informações alinhadas com os glossários e os



parâmetros do CNJ, além disso, foi readequado o Painel de Gestão Judiciária, com a inserção do IE-Jud, de modo a facilitar a gestão das unidades judiciárias. Criado o Anexo Único – Critérios de Premiação da Medalha de Eficiência Judiciária. Com base na Portaria editada pelo TJPA que instituiu o Índice de Eficiência Judiciária foi elaborado guia prático aos moldes do já editados para baixa processual. Foram publicadas matérias jornalísticas nos portais Interno e Externo do TJPA, produção de banner para os sites, e vídeos para a mídia indoor e para o *youtube* do TJPA, além da edição de um Guia Prático do IE Jud.

2.3.2 Elaborar Guias Práticos de tarefas processuais

Patrícia do Socorro Campos Casseb, Analista Judiciário

(Não iniciada)

2.3.3 Aprimorar a ação institucional extraordinária de assessoramento e apoio às unidades judiciárias

Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra

(Em andamento) 25%

Criado Grupo de Assessoramento e Suporte, bem como a elaboração de 877 minutas, desde 12/3/2019, em auxílio aos Gabinetes de Desembargador das áreas de Direito Público e Privado, assim como junto às Turmas Recursais dos Juizados Especiais, com o fim de reduzir o acervo de processos.

2.3.4 Formação em Justiça em Números e Gestão de unidades judiciárias

Geraldo Neves Leite, Juiz de Direito

(Concluída) 100%

Foram elaborados projetos dos Cursos de Justiça em Números e de Gestão em Unidade Judiciária, também foram realizadas 9 turmas do curso de Justiça em Números. Além disso, foram realizadas 7 capacitações de Gestão de Unidade Judiciária em Belém e 9 em conjunto. Os cursos tiveram a participação de 452 pessoas, entre magistrados e servidores. Foram ministrados presencialmente na Escola Judicial, alcançando o número de 297 participantes das comarcas da região metropolitana de Belém. Os cursos também foram oferecidos na forma presencial nas comarcas de Marabá, Igarapé-Miri, São Félix do Xingu, Baião, Santo Antônio do Tauá, Ourilândia do Norte, Porto de Moz, Acará, Novo Progresso e Maracanã, com a participação de 155 pessoas, entre magistrados e servidores.

2.3.5 Desenvolver Modelo de Gestão Judiciária para as Varas de Competência Cível e Empresarial

Rafael da Silva Maia, Juiz de Direito

(Em andamento) 39%

Foi realizado relatório com descrição das características dos principais projetos existentes, dentre os quais o Renovar e o Novo Olhar e apresentado para a Presidência em reunião.

3 MACRODESAFIO: COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Coordenador: Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

INICIATIVA ESTRATÉGICA: 1

AÇÕES: 2

ETAPAS: 11

EXECUÇÃO: 64,0%

3.1 Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias

3.1.1 Aprimorar a atuação no julgamento dos processos da Meta 4 do CNJ

Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

(Em andamento) 68%

Criado por meio da Portaria nº 1420/2019-GP grupo de auxílio remoto, com seleção de magistrados e servidores para julgamento de processos referentes à Meta 4, bem como digitalização de feitos para agilizar o acesso aos processos. Diversas unidades judiciárias do interior e algumas da RMB encaminharam processos meta 4 à Central de Digitalização. Os maiores desafios encontrados se relacionam ao andamento dos processos, pois a maioria não se encontra pronta para julgamento e também ao acréscimo de mais 220 processos da meta 4 no mês de junho de 2019, por não terem sido cadastrados, inicialmente, da forma adequada, segundo a Informática. Atualmente, o cumprimento da meta está em 46,04% até outubro/2019. Do total de 474 processos, 108 sentenças foram proferidas pelos Juízes do Grupo de Auxílio, o que representa 25%.

3.1.2 Digitalizar para o PJE todos os feitos cíveis pertinentes à meta 4 do CNJ da comarca da capital e parte do interior

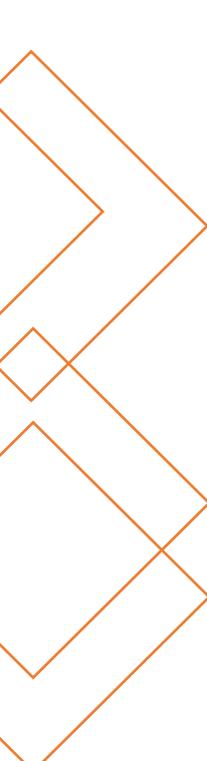
Mônica Maciel Soares Fonseca, Juíza de Direito

(Em andamento) 60%

Ocorreu a digitalização dos processos cíveis distribuídos até 2016 da meta 4 na RMB totalizando até janeiro de 2020 a migração de 37 processos. Quanto aos processos cíveis distribuídos até 2016 da meta 4 no interior foram migrados até fevereiro de 2020 507 processos. Destaca-se que ainda não foi recebido na Central de Digitalização nenhum processo cível distribuído até 2017 da meta 4 na RMB.

4 MACRODESAFIO: ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

Coordenadora: Antonieta Maria Ferrari Mileo, Juíza de Direito



INICIATIVA ESTRATÉGICA: 1
AÇÕES: 2
ETAPAS: 12
EXECUÇÃO: 61,0%

4.1 Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos

4.1.1 Consolidar a implantação de Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejuscs)

Desembargadora Dahil Paraense de Souza

(Em andamento) 67%

Foi instalado o 7º CEJUSC da Capital, CEJUSC-UFPA e 1º CEJUSC de Marabá. O CEJUSC Marituba está em tratativas para assinatura de convênio com a Prefeitura Municipal. A maior dificuldade para instalação de um CEJUSC é alocação de pessoal.

4.1.2 Realizar programa de capacitação de mediadores e conciliadores

Desembargadora Dahil Paraense de Souza

(Em andamento) 55%

No período de abril a novembro de 2019 foram ofertadas 09 turmas para formação de conciliadores e mediadores judiciais na Comarca da Capital. Também foram ofertadas turmas para formação de alunos nas Comarcas de Ananindeua, Paragominas, Parauapebas, Santarém e Marabá. Restando ainda a ser realizada turma para formação de mediadores que atuarão junto ao CEJUSC de Marituba. Tal turma encontra-se devidamente aprovada, com data de realização designada para os dias 09 a 13/12/2019. Nas comarcas do interior do estado há dificuldade em encontrar profissionais formados há pelo menos 02 anos, como previsto na Lei 13.140/15, dispostos a realizar a formação e prestar trabalho voluntário junto aos CEJUSC's. Tal dificuldade também ocorre junto aos cursos ofertados na Capital, o que poderá prejudicar o funcionamento dos CEJUSCs.

5 MACRODESAFIO: GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

Coordenador: David Jacob Bastos, Secretário Judiciário

INICIATIVA ESTRATÉGICA: 1
AÇÕES: 2
ETAPAS: 10
EXECUÇÃO: 42,0%

5.1 Fortalecimento de mecanismos para redução de demandas repetitivas e grandes litigantes

5.1.1 Aprimorar os mecanismos para redução dos processos dos grandes litigantes que congestionam o Poder Judiciário Estadual Paraense



Camila Amado Soares, Analista judiciário

(Em andamento) 26%

Elaborada minuta de resolução para normatização dos critérios de identificação dos grandes litigantes, revisada e aprovada pela Vice-Presidência. Posteriormente, encaminhada à Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos do TJPA-CPOJ.

5.1.2 Aprimorar os mecanismos para redução das demandas repetitivas no TJPA

Camila Amado Soares, Analista judiciário

(Em andamento) 58%

Foi elaborada minuta de resolução para normatização dos critérios de identificação dos grandes litigantes, revisada e aprovada pela Vice-Presidência. Posteriormente, encaminhada à Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos do TJPA-CPOJ. Também foram elaboradas minutas de súmulas da jurisprudência pacificada do TJPA. Após aprovação, as 10 (dez) minutas foram apresentadas ao respectivo colegiado como propostas de súmulas, sendo chanceladas pelo Órgão Julgador e remetidas à Comissão de Jurisprudência para os fins regimentais. Encontra-se em andamento a criação de tutoriais quanto à classificação das peças processuais e cadastramento das decisões que aplicam precedentes vinculantes, nos sistemas do TJPA.

6 MACRODESAFIO IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Coordenadora: Kédima Pacífico Lyra, Juíza de Direito

INICIATIVA ESTRATÉGICA: 2

AÇÕES: 5

ETAPAS: 19

EXECUÇÃO: 54,0%

6.1 Promoção de ações institucionais voltadas à solução de litígios em execução fiscal

6.1.1 Estabelecer uma política interna de tratamento de dívidas nas Varas de Execução Fiscal

Aline Clairefont Tavares Melo, Analista Judiciário

(Em andamento) 70%

Foi publicada da Portaria nº 3094/2019-GP, de 27/06/2019, instituindo o grupo de trabalho visando estabelecer uma política interna de tratamento de dívidas nas Varas de Execução Fiscal, foi realizado também a definição e elaboração do cronograma de trabalho para execução da ação, já foi iniciada a carga de dados de pessoa e processo parte no DW e Confecção de relatórios preliminares. Iniciada a confecção de Painel no Power BI.

6.1.2 Elaboração do Guia Prático de Procedimentos das Varas de Execução Fiscal

Rogério Ronaldo Almeida Lima, Analista Judiciário

(Em andamento) 43%

Foi publicada a Portaria nº 3093/2019-GP, de 27/06/2019, criando o grupo de trabalho para proceder à elaboração do guia prático de procedimentos das Varas de Execução Fiscal, também deu-se início aos trabalhos para a elaboração da minuta do Guia Prático das Varas de Execução Fiscal, com a criação do grupo de trabalho respectivo, após publicação no Diário de Justiça Eletrônico (28.06.2019) da Portaria nº 3093/2019-GP, de 27 de junho de 2019, cuja expedição foi solicitada ao Presidente do TJPA, através do SIGADOC PA-OFI-2019/05402, pela juíza Kédima Pacífico Lyra (Coordenadora). Em sequência, foi realizada reunião do grupo de trabalho no dia 09.08.2019. Na ocasião, a Dra. Kédima Lyra, apresentou slide sobre a ação 6.1.2 que trata da elaboração do guia prático de procedimentos nas varas de execução fiscal das ações do plano de gestão, dentro do macrodesafio impulso às execuções fiscais, com descrição do glossário e justificativa da ação, bem como as etapas de trabalho. Na respectiva reunião ficaram estabelecidas as tarefas a serem cumpridas, seus responsáveis e prazos, após coleta de informações dos presentes, visando traçar o diagnóstico dos procedimentos utilizados nas varas Fiscais, sendo designado o dia 09.10.2019 para a próxima reunião do grupo.

6.2 Gestão do cumprimento e da execução dos julgados cíveis

6.2.1 Aperfeiçoar o Guia de Ferramentas do Magistrado para utilização dos sistemas eletrônicos de acesso a informação de dados

Shérica Keila Pacheco Teixeira Bauer, Juíza de Direito

(Em andamento) 40%

Foi publicada Portaria n. 3140/2019-GP, de 28/06/2019, instituindo o grupo de trabalho que trabalhará na ação. Realizada em 25/11/2019 a 1a. reunião de trabalho do grupo, com especificação de tarefas e calendário a cumprir. Também foi solicitada à Central de Apoio aos Magistrados os contatos dos Administradores dos Sistemas que servem como ferramentas aos magistrados (Bacenjud, Renajud, Infoseg etc.).

6.2.2 Elaboração do guia prático de execução cível e cumprimento de sentença

Shérica Keila Pacheco Teixeira Bauer, Juíza de Direito

(Em andamento) 37%

Publicada Portaria n. 3140/2019-GP, de 28/06/2019, instituindo o grupo de trabalho.

6.2.3 Fomentar a prática da conciliação judicial na execução dos julgados cíveis

Ana Patrícia Nunes Alves Fernandes, Juíza de Direito

(Em andamento) 60%

Foi definido que a ação contará com a realização de 04 eventos denominados de "Jornada de Conciliação de Execuções Cíveis", no biênio 2019-2020, foram expedidos ofícios convidando os Juizes das Varas cíveis da Capital e dos Juizados Cíveis para indicarem processos a serem conciliados. Também foram enviados convite as empresas parceiras do 3º CEJUSC da Capital para indicarem processos de execução ou fase de cumprimento de sentença, nos quais tenham intenção de conciliar. Bem como foram enviados ofícios à OAB, Defensoria Pública, Direção do Fórum Cível e Secretaria de Informática. No período de 19 a 21 de agosto de 2019 foi realizada a 1º Jornada da Conciliação Processual, na qual foram realizadas 281 audiências que resultaram na homologação de 19 acordos e 143 pessoas atendidas. Nos dias 2 a 4 de dezembro de 2019 foi realizada a 2º Jornada da Conciliação Processual, onde ocorreram 186 audiências, 56 pessoas atendidas e 24 acordos homologados.

7 MACRODESAFIO: APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Coordenador: Maria de Fátima Alves da Silva, Juíza de Direito

INICIATIVA ESTRATÉGICA: 4

AÇÕES: 8

ETAPAS: 32

EXECUÇÃO: 57,2%

7.1 Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e ao adolescente e outros grupos vulneráveis

7.1.1 Estruturar a Coordenadoria da Mulher

Bruna Caroline Gonçalves Chaves, Chefe de Gabinete da Vice-Presidência

(Em andamento) 80%

Foi elaborado ato normativo para disciplinar a estrutura organizacional da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e encontra-se na assessoria jurídica da SEPLAN. Também foi destinado o espaço no Fórum Criminal para a composição da Coordenadoria da Mulher. Foram designadas para compor a Coordenadoria da Mulher: A Desembargado Celia Regina de Lima Pinheiro (Coordenadora); Juíza Auxiliar Reijjane de Oliveira; Renata Giordano Mendes (Analista Judiciário) e Riane Freitas (Analista Judiciário).

7.1.2 Implementar ações de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica

Bruna Caroline Gonçalves Chaves, Chefe de Gabinete da Vice-Presidência

(Em andamento) 77%

O setor de Estatística vem informando mensalmente os quantitativos de acervos referentes à Violência Doméstica contra Mulher e processos sobre o feminicídio e elaborou um Manual de Orientação das Tabelas de Processamento Unificado (TPU's) para orientação na distribuição dos processos referente à Violência Doméstica. Também estão em andamento



tratativas para renovação e ampliação dos Termos de Cooperação Técnica:

- 1- SOS Mulher (TJE/PA, Prefeitura Municipal e Guarda Municipal de Belém);
- 2 - Patrulha Maria da Penha (TJE/PA, SEGUP, PARÁPAZ e Polícia Militar);
- 3 - PARÁPAZ (Governo do Estado, TJE/PA, Ministério Público e Defensoria Pública);
- 4 - UNAMA (TJE/PA e UNAMA).

7.2 Fortalecimento da Justiça Restaurativa

7.2.1 Estruturar a Coordenação de Justiça Restaurativa

Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim, Juíza de Direito

(Em andamento) 90%

Foi publicada a portaria 2452/2019-GP, com a designação de duas servidoras para Coordenadoria de Justiça Restaurativa (CJR), o que atende parcialmente as necessidades de designação de quadro funcional da CJR. Também foi feita a solicitação para que seja disponibilizado espaço físico adequado, mobiliário e equipamentos, necessários à instalação e funcionamento da CJR. Por fim, foi solicitada, junto a Comissão de Organização Judiciária, a devolução da minuta de resolução, para que sejam feitas as devidas adequações, atualmente, encontra-se no NUPEMEC.

7.2.2 Promover ações de fortalecimento das ações de Justiça Restaurativa do TJPA

Cássia Silveira Buhrnheim, Juíza de Direito

(Em andamento) 50%

Catálogo das práticas e iniciativas de justiça restaurativa desenvolvidas no âmbito do TJPA. Foi submetida uma proposta à Escola Judicial para a o plano pedagógico básico dos cursos de capacitação. Elaborada proposta de eventos de formação, disseminação e divulgação da Justiça Restaurativa no TJPA, com participação de instituições parceiras e comunidade em geral. O magistrado Manoel Antônio apresentou proposta de implantação do NJR de Marabá, que está em análise de viabilidade aguarda manifestação da Coordenadora de justiça restaurativa.

7.3 Apoio a ações de ressocialização de apenados e egressos

7.3.1 Estabelecer parcerias para capacitação e ressocialização de apenados e egressos

Deomar Alexandre de Pinho Barroso, Juiz de Direito

(Em andamento) 10%

Foram realizadas reuniões com a UNIFAMAZ, na Estácio FAP e no CESUPA no intuito de conseguir vagas para presos no curso superior com bolsas de gratuidade pela faculdade caso o apenado passe no ENEM ocorrido em março de 2019. Também ocorreu a apresentação do Centro de Triagem Metropolitana II à Faculdade FAAM no objetivo de estabelecer convênio. Apresentação do Centro de Recuperação Feminino à Faculdade Estácio FAP no objetivo de estabelecer convênio. Realizada reunião com o Ministério Público e com o



Ministro da Justiça Sérgio Moro, no objetivo de ampliação do Projeto Conquistando a Liberdade. Encaminhamento do Termo de Cooperação Técnico à Presidência do TJPA.

7.4 Aperfeiçoamento dos sistemas de controle na área criminal

7.4.1 Otimizar os sistemas de monitoramento de pessoas privadas de liberdade do Poder Judiciário do Estado do Pará

Maria de Fátima Alves da Silva, Juíza de Direito

(Em andamento) 64%

Foi elaborada a Portaria Conjunta GP/CJRMB/CJCI N° 01/2019, de 06 de maio de 2019 para a realização de força tarefa, visando a digitalização do acervo de processos das VEP, VEPMA e Varas Únicas do Estado do Pará. Já foram digitalizados 14.262 processos de execução penal, a fim de que os respectivos arquivos digitais sejam inseridos, posteriormente, no SEEU.

7.4.2 Implantar sistema de videoaudiência no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Maria de Fátima Alves da Silva, Juíza de Direito

(Em andamento) 67%

Projeto de videoaudiência elaborado para apresentação junto ao DEPEN, tendo como objeto imprimir maior celeridade no julgamento das ações criminais, por meio da audiência virtual. Apresentação do Projeto Básico para implementação da ferramenta de videoaudiência em 29 comarcas na fase inicial. Assinatura eletrônica pelo Presidente do TJPA da minuta de convênio entre o TJPA e o DEPEN, disponibilizado no Sistema SEI e Plataforma mais Brasil.

7.4.3 Elaborar estudos para aprimorar a interoperabilidade dos sistemas LIBRA e BNMP 2.0

Maria de Fátima Alves da Silva, Juíza de Direito

(Em andamento) 2%

Em andamento a seleção das unidades judiciárias criminais para o levantamento das informações para elaboração do formulário eletrônico.

7.4.4 Implantar Plano de Contingência para o gerenciamento da crise penitenciária no Estado do Pará

Maria de Fátima Alves da Silva, Juíza de Direito

(Em andamento) 68%

Realização de reuniões com MP, OAB, Defensoria Pública, SUSIPE e FTIP para a seleção das ações de curto, médio e longo prazo. Publicação da Portaria nº 5021/2019 GP que criou grupo de trabalho. Construção do Plano de Ação para o desenvolvimento das ações selecionadas nas reuniões. Acompanhamento do início da execução das ações de curto prazo - realização de mutirão carcerário em fevereiro de 2020.

8 MACRODESAFIO: MELHORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Coordenadora: Maria de Lourdes Carneiro Lobato, Secretária de Gestão de Pessoas

INICIATIVA ESTRATÉGICA: 2

AÇÕES: 4

ETAPAS: 19

EXECUÇÃO: 52%

8.2 Aprimoramento da formação de magistrados e servidores

8.2.1 Revisão do Plano de ação da escola Judicial do Estado do Pará

Luciana Maria Santos Moura Assad, Analista Judiciário (Concluída) 100%

Realizada pesquisa diagnóstica junto aos Magistrados e Servidores que integram o Poder de Justiça do Estado do Pará, via Portal Interno e Externo, sobre o Planejamento dos cursos de Formação e Aperfeiçoamento a serem realizados na Escola Judicial. Realizado evento de práticas jurídico pedagógicas. Também foi elaborado o projeto de formação inicial para magistrados e servidores. Avaliações ajustadas e elaborado relatório.

8.2.2 Criar repositório on-line de apresentação do Tribunal aos magistrados e servidores

Patrícia Kristiana Blagitz Cichovski, Diretora do Departamento de Ensino e Pesquisa

(Em andamento) 18%

Os dados que irão compor o repositório estão em fase de redação e revisão final para execução das próximas etapas

8.3 Fortalecimento da política de atenção à saúde e qualidade de vida

8.3.1 Ampliar as ações para a de promoção da saúde e qualidade de vida

Manoel de Christo Alves Neto, Coordenador de Saúde

(Em andamento) 73%

No período de janeiro a outubro foram realizadas as seguintes ações: pilates, yoga, caminhada, treinamento funcional, avaliação ergonômica do posto de trabalho, educação postural e ginástica laboral. Também está em andamento estudo para prevenção do assédio moral, para tanto foi iniciado estudo bibliográfico sobre o assunto e realizada busca sobre os instrumentos validados disponíveis para verificação do fenômeno nas instituições. Realizada reunião com o estatístico e assessora da SGP para análise do instrumento. Quanto as ações de qualidade de vida, cultura, segurança e saúde do trabalho e sustentabilidade foi publicada cartilha alusiva ao Dia Mundial da Segurança e realizada Palestra sobre Moda, Comportamento e Comunicação. Publicada Portaria nº4624/2019-GP de 30/09/2019, que instituiu o selo "Unidade Saudável".

8.3.2. Aperfeiçoar os sistemas tecnológicos da área de saúde

Manoel de Christo Alves Neto, Coordenador de Saúde

(Em andamento) 17%

A Secretaria de Informática elaborou projeto para definir os próximos passos a serem executados. Será apresentado em reunião com o Juiz Auxiliar da Presidência, para conhecimento e posterior aprovação das equipes de saúde e possíveis correções/ajustes.

9 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS

Coordenador: Francisco de Oliveira Campos Filho, Secretário de Administração

INICIATIVA ESTRATÉGICA: 1

AÇÕES: 1

ETAPAS: 5

EXECUÇÃO: 40,0%

9.1 Implantação da gestão de custos

9.1.1 Implantar sistema integrado de custos

Francisco de Oliveira Campos Filho, Secretário de Administração

(Em andamento) 40%

Foram realizados treinamentos e simulações de uso do módulo de orçamento, contabilidade e financeiro nos meses de fevereiro e março de 2019. Findada as adaptações, foi possível o início da operacionalização do Módulo de Orçamento, inclusive com o início do desenvolvimento do Plano Plurianual (PPA) do TJ/PA, que contou com o acompanhamento de equipe técnica da contratada. Quanto a integração dos sistemas Siafem e Comprasnet foram realizadas reuniões entre as equipes técnicas da SEFA, PRODEPA, SECINF-TJPA e Thema Informática, onde foram desenvolvidos os *webservices* que possibilitaram a comunicação entre a contratada e o banco de dados da SEFA. Também foi concluída a implantação do BI de Materiais do TJPA, tal sistema possibilita individualizar os custos de materiais de consumo e permanente por unidade judiciária ou administrativa. Foi realizada reunião final entre as equipes dos órgãos citados, onde foi definido o início dos testes de importação de dados. Concluída a parametrização da importação dos dados da folha de pagamento dos servidores e magistrados, junto ao sistema MentoRH, o que possibilitou a realização dos testes de conexão entre o sistema GRP e o SIAFEM, para os documentos de Pré-empenho, Empenho e Anulação. Com esse avanço da integração, iniciou-se o desenvolvimento da próxima operação da integração, que será a Nota de Liquidação.

10 MACRODESAFIO: INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Coordenador: Miguel Lucivaldo Alves Santos, Chefe de Gabinete da Presidência

INICIATIVA ESTRATÉGICA: 7

AÇÕES: 13

ETAPAS: 75

EXECUÇÃO: 64,2%

10.1 Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros

10.1.1 Aprimorar a gestão da arrecadação judicial e extrajudicial

Marilene da Cunha Farias, Coordenadora de Arrecadação

(Em andamento) 52%

Encontra-se em andamento as alterações da portaria sobre a regulamentação da redução percentual e do parcelamento de custas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará e alteração da portaria sobre o procedimento de restituição de taxa judiciária, custas judiciais, despesas processuais e demais receitas. Também estão em execução as seguintes alterações no SIAE:

- Prestação de contas de cartórios providos e retificação de balanços enviados
- Prestação de contas de atos postergados de protestos
- Módulo para emissão de relatórios gerenciais
- Módulo para gerenciamento e controle das fiscalizações extrajudiciais

Finalizada Implementação no SIAE das informações dos responsáveis por serventias extrajudiciais.

10.1.2 Expandir o programa Selo de Fiscalização Digital

Fabio Roberto Albuquerque Azevedo, Divisão de Implementação de Projetos

(Em andamento 40%)

Implantado selo de fiscalização digital nos seguintes cartórios:

- Imóveis: 1º Ofício de Belém implantado em 03/2019 e 3º Ofício de Belém implantado em 02/2019;
- Protesto: 1º Ofício de Protesto implantado em 11/2019, 2º Ofício de Protesto implantado em 11/2019 e 3º Ofício de Protesto implantado em 11/2019;
- RTD: 1º Ofício de RTD exclusivamente com selo digital a partir de 12/2019;
- 2º Ofício de RTD exclusivamente com selo digital a partir de 12/2019. Quanto a atribuição de Notas, encontra-se em fase de conclusão de requisitos junto a SEPLAN.

Quanto ao Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Ananindeua há previsão de funcionamento exclusivo com selo digital a partir de 12/2019.

10.2 Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário

10.2.1 Elaborar manual de procedimentos de manutenção predial

Claudia Sadeck Burlamaqui, Secretária de Engenharia e Arquitetura

(Em andamento) 60%

Foi realizado o Brainstorm da equipe, organização do produto e descrição dos procedimentos. Mapeadas as rotinas de trabalho. Também foi elaborado o

fluxo completo das atividades da Divisão de Manutenção, com descrição das atividades.

10.2.2 Elaborar plano de acessibilidade do Poder Judiciário Estadual

Claudia Sadeck Burlamaqui, Secretária de Engenharia e Arquitetura

(Em andamento) 35%

Elaborado Manual de Acessibilidade do Poder Judiciário Estadual, em Junho, responsável pela definição de critérios de acessibilidade. Foi feita Leitura da legislação e análise do banco de dados. Caderno de Especificações elaborado, contendo detalhamentos com as dimensões admitidas por norma e especificações técnicas para louças e metais de sanitários acessíveis, vagas de estacionamento, elevadores e plataformas, rampas e escadas, materiais de acabamento e itens de comunicação visual.

10.2.3 Fiscalizar a destinação dos bens apreendidos

Luana de Nazareth Amaral Henriques Santalices, Juíza Auxiliar da Presidência

(Em andamento) 32%

Foi criado o grupo de trabalho composta pelos seguintes integrantes: Dra. Luana de Nazareth Amaral Henriques Santalices, Francisco de Oliveira Campos Filho, Claudia Sadeck Burlamaqui, Carlos Augusto de Oliveira Vieira, Benjamin de Albuquerque Andrade Lima e Juízes Auxiliares das Corregedoria. Em setembro

foi feita apresentação à presidência da minuta dos normativos sobre destinação de bens apreendidos. Em outubro a minuta de normativo foi disponibilizada às Juízas auxiliares com uma pequena modificação, que posteriormente foi disponibilizada para análise da Dra. Katia Sena e Dr. José Antônio. Aguardando aprovação do instrumento.

10.3 Aprimoramento da gestão estratégica

10.3.1 Implantar projeto de correição integrada voltada a resultados

Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra e Desembargadora Diracy Nunes Alves

(Em andamento) 61%

Realizadas Oficinas de integração entre as Corregedorias e a Presidência, nos dias 15/02 e 18/02/2019. Magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) conheceram, o projeto Correição Integrada, desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8). Elaborado projeto de correição integrada da região metropolitana e interior. Na região metropolitana foram realizadas correições nas seguintes unidades judiciárias: 1ª Vara Criminal de Castanhal, 1ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua, 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, 1ª Vara da Infância e da Juventude de Belém, 6ª Vara de Família de Belém, 2ª Vara Cível e Empresarial de Santa Izabel, 3ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua, Vara da Infância e Juventude de Ananindeua, Vara de Família Distrital de Icoaraci, 2ª Vara da Infância e da Juventude de Belém e 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Belém. No interior foi realizada correição em Marabá, no período de 18 a 23/11/2019.

10.3.2 Aprimorar a gestão participativa na elaboração de metas

Valéria Athayde Fontelles de Lima

(Concluída) 100%

Foi realizada Consulta Pública à Sociedade e Consulta Pública interna na elaboração de Metas Nacionais. Houve a participação de 948 pessoas nas consultas, o que reforça o caráter colaborativo na construção de metas, com as opiniões de magistrados e servidores, assim como da sociedade.

10.4 Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA

10.4.1 Implantar a política de gestão de riscos no poder judiciário

Patrícia do Socorro Campos Casseb, Analista Judiciário

(Em andamento) 69%

Publicada Portaria nº 3016/2019-GP, no DJ de 08/07/2019 que trata dos princípios e diretrizes para Gestão de Risco no TJPA. Foram publicadas a Política de Gestão de Riscos (DJ e Portal do TJPA) e o Plano de Gestão de Riscos (Portal do TJPA). O Plano de Gestão de Riscos é responsável por detalhar o processo de Gestão de Riscos e se apresenta como um instrumento de apoio e orientação para o efetivo gerenciamento de riscos no âmbito de atuação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Além disso, também contou com a elaboração de vídeo institucional sobre: O que é, a importância e os objetivos da Gestão de Riscos, a ser veiculado nos pontos de comunicação digital do prédio sede e nos fóruns cível e criminal da comarca da capital. A disponibilização do vídeo no portal do DPGE e transparência no ícone gestão de riscos, acessível ao público interno e externo. Também foi elaborado material sobre gestão de riscos a ser utilizado, inicialmente, nas oficinas junto às unidades administrativas selecionadas como unidade piloto da fase de implantação.

Estão ocorrendo oficinas de implantação. A 1ª Oficina de Gestão de Riscos teve a participação de oito servidores da Divisão de Acompanhamento, com o objetivo de treinar e aprimorar a aplicação da Oficina nos demais setores. Ela contou com a definição do projeto piloto como sendo o macroprocesso "Aperfeiçoamento da gestão de custos". Também foi realizada reunião inicial com Departamento de Patrimônio e Serviços. A 2ª Oficina será com a Secretaria de Administração e está programada para novembro.

10.5 Aprimoramento das estruturas administrativas e jurisdicionais

10.5.1 Realizar estudos de reestruturação organizacional das Unidades de Apoio do Tribunal e Fóruns

Alice Viana Soares Monteiro, Analista Judiciário

(Em andamento) 94%

Realizado levantamento da legislação de criação de cargos em comissão e funções gratificadas com a sistematização de relatório com a identificação dos cargos em comissão criados. Foram identificadas as necessidades de



reestruturação organizacional e elaborada Minuta de Projeto de Lei, que foi encaminhada à Presidência para deliberação e providências conclusivas. Realizada identificação dos macroprocessos de trabalho, nas unidades do apoio direto e indireto e identificação da estrutura organofuncional e proposição inicial de modelo Organizacional integrado.

10.6 Aprimoramento da comunicação interna e externa

10.6.1 Instituir canal direto, em tempo real, de informações gerais à Presidência

Jonelson Magno Dias, Diretor do Departamento de Planejamento Gestão e Estatística

(Em andamento) 33%

Realizada reunião com a presidência para a identificação das necessidades Gerenciais e Estratégicas em relação aos indicadores para auxiliar na tomada de decisão.

10.6.2 Intensificar a comunicação interna e externa do Tribunal

Linomar Saraiva Bahia, Diretor do Departamento de Comunicação

(Em andamento) 58%

Foram produzidos vídeos para mídia indoor e redes sociais, com destaque para divulgação de guias, como os de baixa processual e IE-Jud; para ações sociais, como Verão Seguro e Verão com Justiça; calendários, como Justiça pela Paz em Casa; projetos, como Maria da Penha vai à Escola em Santarém; promoção de agenda de cursos da EJPJ; divulgação de projetos na área de saúde; Quinta Laboral e Meditação. Também foi elaborado o Guia de Uso de Ferramentas de Comunicação e Relacionamento com a Imprensa do TJPA.

10.7 Fortalecimento da gestão do 1.º grau de jurisdição

10.7.1 Aprimorar a movimentação da carreira de magistrados

Everaldo Pantoja e Silva, Juiz de Direito

(Concluída) 100%

A metodologia utilizada foi de construção coletiva e divisão de competências. O grupo de trabalho foi composto por duas frentes de trabalho, sendo que uma delas dedicada ao aprimoramento do normativo e outra para concepção e desenvolvimento do sistema. Inicialmente, foram realizadas reuniões envolvendo diversos atores interessados, tais como a Presidência, Corregedorias, Secretaria de Informática, Secretaria Judiciária, Secretaria de Gestão de Pessoas, Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, e a Associação de Magistrados do Estado do Pará (AMEPA), a fim de promover debates e levantar os pontos críticos no procedimento de movimentação da carreira da magistratura. A partir dos referidos encontros, deliberou-se que seria necessário: revisão e alteração da Resolução TJPA nº 09/2018, que versava sobre o procedimento de movimentação da carreira dos Magistrados, e criação de um sistema informatizado. O sistema integrado de Movimentação da Carreira de Magistrado, denominado PROMAG, foi estruturado em três módulos, quais sejam de inscrição, instrução e julgamento. O Pleno, por unanimidade, no dia 05 de junho de 2019, aprovou a minuta da resolução com



as alterações da resolução 9/2018, sendo que no dia 06 de junho de 2019 foi publicada no DJE a Resolução 04/2019 que dispõe sobre alteração da redação de dispositivos da Resolução 9/2018.

10.7.2 Aprimorar a movimentação da carreira de servidores

Hellen Geysa da Silva Miranda, Assessora Jurídica (Concluída) 100%

As regras do concurso de remoção foram alteradas com a edição da Resolução nº 05, de 19/06/2019. O edital do concurso de remoção (Edital nº 001/2019-CRS) foi publicado no DJE nº 6689, de 01/07/2019. É o edital com Resultado final publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº 6748/2019, em 23 de setembro de 2019.

11 MACRODESAFIO: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC

Coordenador: Diego Baptista Leitão, Secretário de Informática

INICIATIVA ESTRATÉGICA: 4

AÇÕES: 11

ETAPAS: 55

EXECUÇÃO: 41,9%

11.1 Inovação e modernização da infraestrutura de TIC

11.1.1 Reestruturar a arquitetura de rede lógica das unidades judiciárias e administrativas

Maurício de Freitas Braga, Coordenador de Suporte Técnico

(Em andamento 42%)

Foi realizada a modelagem de uma arquitetura tida como ideal para o melhor funcionamento das unidades judiciárias. Foi realizada uma apresentação para o Secretário de Informática para mostrar o resultado dos estudos e a arquitetura a ser alcançada. Encontra-se em andamento pesquisas com fornecedores para contratação dos seguintes serviços:

- Circuitos de dados.
- Solução de WiFi corporativo e está sendo elaborado o quantitativo de equipamentos que serão necessários para aquisição, baseado no número de usuários e na área dos prédios do Tribunal.
- Solução de virtualização de ambiente de trabalho
- Solução de rede "WAN definida por Software" (SD-WAN)
- Solução de "Gerenciamento Unificado de Ameaças" (UTM)
- Solução de telefonia IP (VoIP)
- Centrais telefônicas (PBX) nas comarcas de pequeno porte

Foi criado e homologado o "TEMPLATE PADRÃO" e aplicado nos switches da RMB, Fórum de Juruti com exceção aos equipamentos instalados no edifício sede e Fórum Cível da Capital. Quanto ao gerenciamento, a segurança e a auditoria nas centrais telefônicas foi elaborado um relatório de conformidade técnica. Encontra-se em andamento a Elaboração um plano de atualização tecnológica de hardware e software, contemplando equipamentos e licenças de TI, com definição do ciclo de vida das soluções e de rotinas de controle e monitoramento.

11.1.2 Reestruturar o ambiente físico, elétrico e lógico do Datacenter instalado no Edifício Sede, de modo a refletir o modelo de redundância passiva (Ativo/DR)

Maurício de Freitas Braga, Coordenador de Suporte Técnico

(Em andamento) 10%

Foi estabelecido o contrato de fornecimento de subsistemas de armazenamento.

11.1.3 Reestruturar a Arquitetura Tecnológica do Ambiente de Datacenter da Augusto Montenegro

Maurício de Freitas Braga, Coordenador de Suporte Técnico

(Em andamento) 16%

Firmado contrato de fornecimento de subsistemas de armazenamento, também foram atualizadas instâncias de Banco de Dados, instâncias Oracle, 16 instâncias MS-SQL Server e 20 instâncias PostgreSQL.

11.1.4 Aperfeiçoar a solução de videoconferência

Márcio Góes do Nascimento, Coordenador de Atendimento ao Usuário.

(Concluída) 100%

Elaborado projeto de implantação do serviço de vídeo conferência e definido o layout de utilização da solução nas salas de audiência. Já foi instalada a infraestrutura no Fórum Criminal. Nas demais comarcas será utilizado primeiramente o software RealPresence nas salas de audiência.

11.2 Inovação e aperfeiçoamento da gestão dos sistemas de informação

11.2.1 Ampliar a portabilidade dos sistemas de informação para dispositivos móveis

Bruno Rodrigues Cardoso, Coordenador de Aplicações

(Não Iniciado)

Nada foi iniciado no SIMPLAN.

11.2.2 Reestruturar a solução de inteligência de negócio para apoio à análise e decisão estratégica

Bruno Rodrigues Cardoso, Coordenador de Aplicações

(Em andamento) 67%

Concluída a modelagem do DW para o Justiça em Números e construídas rotinas de extração e transformação dos dados. Ocorreu a homologação da 1ª fase do projeto do novo DW realizada pelos entes da Central de Negócios.

11.2.3 Implementar novos portais interno e externo focados na usabilidade

Marília Paulo Teles, Chefe da Divisão de Implementação de Projetos

(Em andamento) 20%

Estudo de organização de informações finalizado juntamente com o DPGE e com a Coordenadoria de Imprensa.

11.2.4 Implantar solução de inteligência artificial aplicada ao processo judicial eletrônico

Rodrigo Oliveira de Medeiros, Analista Judiciário

(Não Iniciada)

Nada foi iniciado no SIMPLAN

11.3 Aprimoramento da Segurança da Informação

11.3.1 Fortalecer a segurança da informação

Maurício de Freitas Braga, Coordenador de Suporte Técnico

(Em andamento) 50%

Iniciada a revisão da política de segurança da informação, houve revisão do texto e readequação da formatação para um novo padrão; inserção de seções sobre nuvem e dispositivos móveis; reestruturação dos documentos que compõem a PSI e suas respectivas portarias para publicação pela presidência do TJPA. A definição de credenciais está em andamento com levantamento de documentação. Quanto a auditoria interna na infraestrutura encontra-se em andamento a consulta ao escopo da atividade e o planejamento do método para levantamento. Também está em andamento a formulação do plano tratamento de risco com a realização de atividades de: 1. Avaliação do material do curso de Gestão de Risco feito por servidores do TJPA; 2. Avaliação da Política de Gestão de Risco do TRT-RS. Quanto ao processo de educação continuada em serviços de TIC foi elaborado material para curso, porém não foi aprovado para atividades da Escola Judicial. Já foi proposto duas vezes sem que tenha sido enviado retorno sobre sua apreciação.

11.4 Fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação

11.4.1 Reestruturar processos de gerenciamento de serviços de TIC

Márcio Góes do Nascimento, Coordenador de Atendimento ao Usuário

(Em andamento) 86%

Estão concluídos os processos de reestruturação, processos de gerenciamento de incidentes, processo de reestruturação de gerenciamento de requisições, processos de gerenciamento de problemas e gerenciamento do catálogo de serviços. Está em andamento o processo de gerenciamento de acesso.

11.4.2 Ampliar a capacitação em temas de tecnologia por meio da plataforma de ensino a distância

Luiz Fernando Monteiro Sena, Analista Judiciário



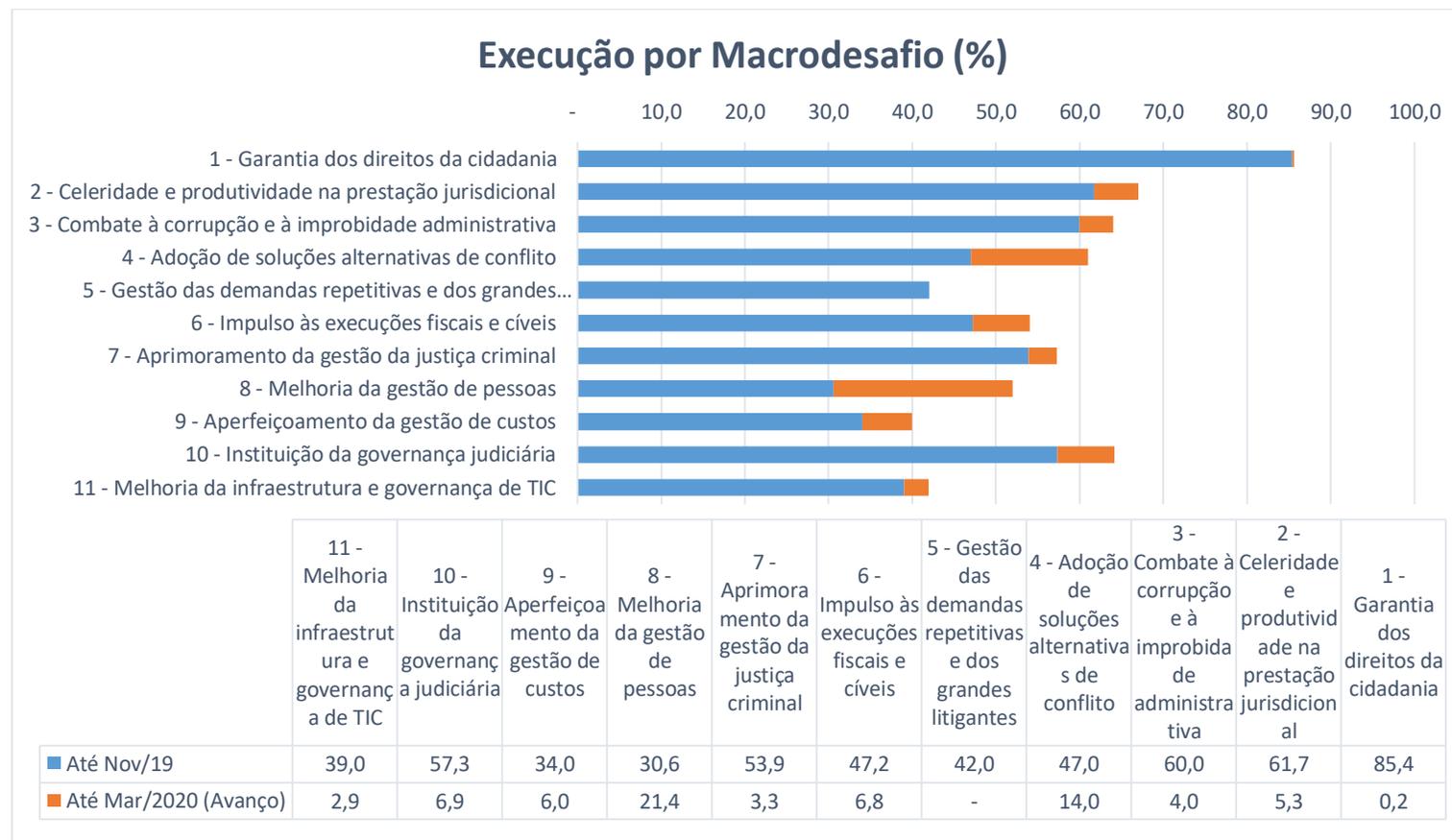
(Em andamento) 70%

Finalizada a criação do 1º curso em EAD, com tutoria: Sistema PJe 2.0. Foi anexada a modelagem em formato pdf elaborada com software Bizagi. Iniciada a primeira etapa do curso de Ensino a Distância do sistema PJe (1o grau nível). Já foram escritos os manuais do sistema e agora a etapa está na fase de gravação de vídeo aulas e montagem do curso na plataforma Moodle.

12 EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

12.1 Perspectiva de macrodesafios

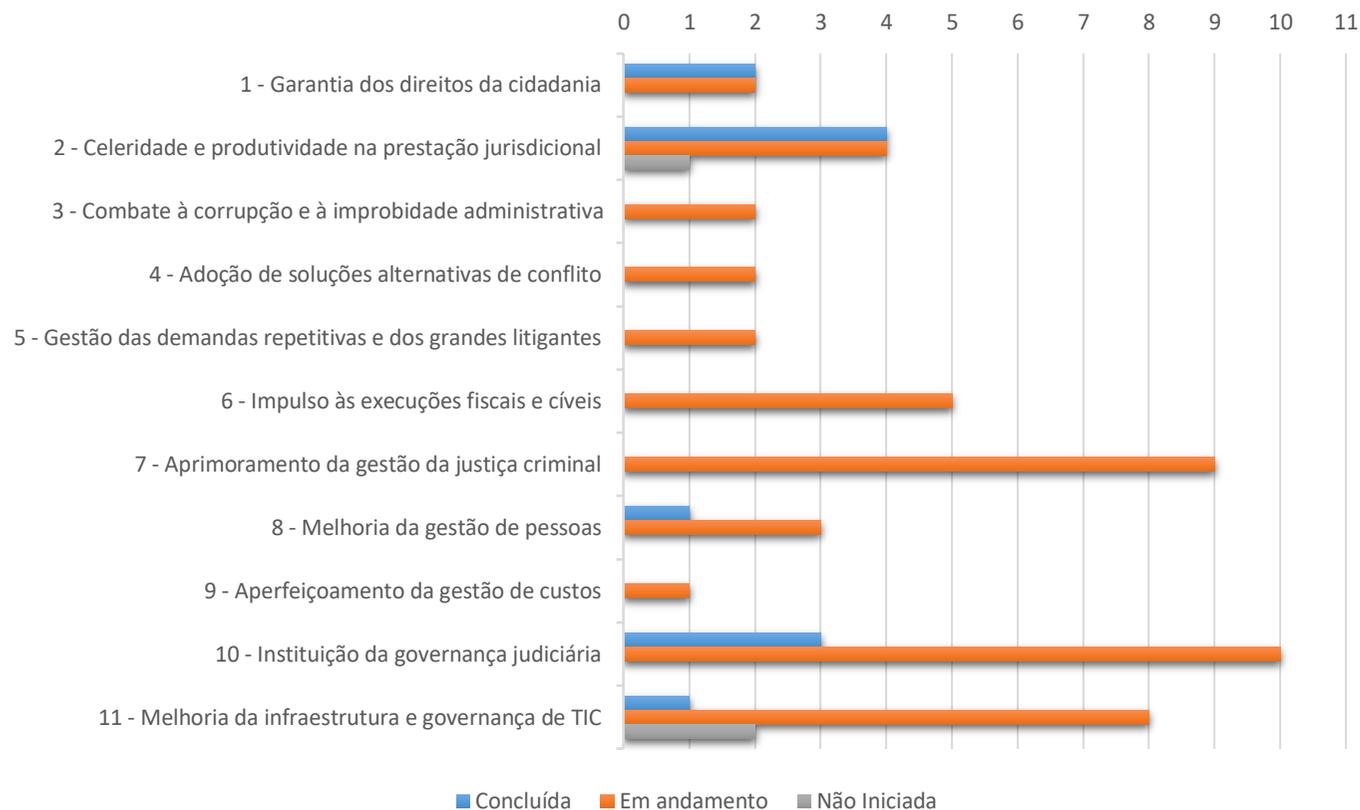
A execução por macrodesafio considera a média do grau de execução das ações.



12.2 Perspectivas de ações

A execução por ações é avaliada pelo índice de execução do plano de gestão (IEPG), pela proporção entre ações concluídas e o total de ações programadas.

Ações do Plano de Gestão por Situação



$$IEPG = \frac{\sum \text{Ações concluídas}}{\sum \text{Total de Ações}}$$

$$IEPG = \frac{11}{62} \cong 17,7\%$$